

**RELATÓRIO
ANUAL**

2020

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E
RESULTADOS DO EXERCÍCIO

www.coopervap.com.br 
coopervap  



COOPERVAP
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DO VALE DO PARACATU LTDA.



Diretoria

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Valdir Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente

Altino José Severino Silva

CONSELHEIROS VOGAIS

Ícaro Brochado Botelho
Francisco Carlos da Silva
Evandro José Caixeta
Lionel Oliveira dos Santos
Sílvio de Sá Guimarães Júnior

SUPLENTES DE VOGAIS

Idelfonso Ferreira Neto
Adilson Roquete Franco

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares

Cláudio Mariano de Almeida
Antônio Eustáquio de Almeida
Geraldo Pimentel Barbosa

Membros Suplentes

Evandro Freire de Andrade
Jeanete Alves Duarte
João Alves Ferreira Neto



Unidades

RAZÃO SOCIAL: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA

01 – MATRIZ – SUPERMERCADO

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 160 – CENTRO – PARACATU – MG CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0001-50 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0075
e-mail: compras@coopervap.com.br - cadastro@coopervap.com.br

05 – AGRO-VETERINÁRIA

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 172 – CENTRO – PARACATU – MG CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0005-83 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1632
e-mail: veterinaria@coopervap.com.br - coopervapagrovvet@coopervap.com.br

07 – UAC – UNIDADE ARMAZENADORA CENTRAL

RUA LITORÂNEA, 601 - VILA ALVORADA – PARACATU-MG – CEP: 38.606.444

CNPJ-MF: 23.153.943/0007-45 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0563
e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

08 – POSTO DE COMBUSTÍVEL

RUA SILVINO REIS, 160 – CENTRO – PARACATU-MG CEP: 38.600-194

CNPJ-MF: 23.153.943/0008-26 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0644
e-mail: posto@coopervap.com.br

09 – USINA

RUA ALÍRIO ROCHA, 700 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG Registro IMA: 2936

CNPJ-MF: 23.153.943/0009-07 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0725
CEP: 38.606-454 - e-mail: usinaalmox@coopervap.com.br

10 – PARQUE DE EXPOSIÇÃO (Inativo) (CNPJ 01)

RUA ALÍRIO ROCHA, 450 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG

CNPJ-MF: 23.153.943/0010-40 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO
CEP: 38.606-454

11 – UAER – UNIDADE ARMAZENADORA ENTRE RIBEIROS

PROJETO DE COLONIZAÇÃO ENTRE RIBEIROS – PARACATU-MG CEP: 38.600-001

CNPJ-MF: 23.153.943/0011-21 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0806
e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

12 – FILIAL DE BRASÍLIA

QI 416 CONJUNTO 02 LOTE 10 CEP: 72.320-300 - SAMAMBAIA – BRASÍLIA-DF

CNPJ-MF: 23.153.943/0012-02 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.313.701.0233
e-mail: brasilia@coopervap.com.br

15 – INSUMOS AGROPECUÁRIOS

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO C – VILA ALVORADA – PARACATU-MG – CEP: 38.606-444

CNPJ-MF: 23.153.943/0015-55 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1225
e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

18 – FÁBRICA DE RAÇÕES

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO A – VILA ALVORADA – PARACATU-MG – CEP: 38.606-444

CNPJ-MF: 23.153.943/0018-06 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1551
e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

20 – DROGARIA COOPERVAP

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 170 – CENTRO – PARACATU-MG CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0020-12 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.1713
e-mail: cadastro@coopervap.com.br

21 – CRIAÇÃO DE BOVINOS P/LEITE – ABERTURA: 02/03/2009 (30411)

RODOVIA BR 040 PTU/BH KM 45 A DIREITA + 2 KM – ZONA RURAL – PARACATU-MG CNPJ-MF: 23.153.943/0021-01 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581- 2540

23 – POSTO 040

RODOVIA BR 040, KM 44,7 – PARACATU – MG

CNPJ-MF: 23.153.943/0023-65 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2477
e-mail: posto040@coopervap.com.br

25 – REVENDA DE RAÇÕES - VAZAMOR – VAZANTE

RUA: COROMANDEL, 1020 – A - CEP: 38.780-000

CNPJ: 23.153.943/0025-27 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.1977

26 – BENEFICIAMENTO DE GRÃOS E TORREFAÇÃO DE CAFÉ

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO F – VILA ALVORADA – CEP: 38.606-444

CNPJ: 23.153.943/0026-08 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2132

27 – COMERCIAL AGRÍCOLA

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO G – VILA ALVORADA – PARACATU – MG – CEP: 38.606-444 CNPJ-MF: 23.153.943/0027-99 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2213

e-mail: agricola@coopervap.com.br

28 – VETERINÁRIA GUARDA-MOR

RUA ENGENHEIRO ROBERTO, 219-A - CENTRO - GUARDA-MOR-MG - CEP: 38.570.000

CNPJ-MF: 23.153.943/0028-70 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2396
e-mail: guardamor@coopervap.com.br



COOPERVAP

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DO VALE DO PARACATU LTDA.



NOSSO PROPÓSITO:

"Assegurar a continuidade sustentável dos negócios da Coopervap em benefício dos cooperados, dos colaboradores e da sociedade em geral."

NOSSA MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da Coopervap, gerando e comercializando produtos e serviços inovadores e de maior valor agregado.

NOSSOS VALORES

- Ética em todas as relações estabelecidas;
- Proatividade na gestão e na prestação de contas;
- Fortalecimento das relações e da competitividade dos cooperados;
- Parcerias para impulsionar o desenvolvimento local e regional;
- Compromisso social e ambiental como referencial de seus negócios;
- Profissionalização e valorização das lideranças, gestores e equipes;
- Cooperação e integração com todos os públicos de interesse.

NOSSA VISÃO

Ser reconhecida por seus cooperados, colaboradores, consumidores e sociedade em geral pela eficiência de sua gestão e pela qualidade de seus produtos e serviços.

NOSSO NEGÓCIO

Soluções inovadoras que fomentam a cadeia produtiva e comercial da Coopervap, gerando riqueza com sustentabilidade.

NOSSO FOCO ESTRATÉGICO

Elevar a produtividade da Coopervap, com eficiência gerencial e operacional em todas as unidades de negócio

www.coopervap.com.br

 **[/coopervap](https://www.facebook.com/coopervap)**

 **[@coopervap](https://www.instagram.com/coopervap)**

 **[/coopervap](https://www.youtube.com/coopervap)**

 **secretaria@coopervap.com.br**

 **(38) 3679-8900**

REGISTRO DE CONSTITUIÇÕES E AUTORIZAÇÃO

Data da Constituição: **20/07/1963**

Registro na JUCEMG: **314.000.1262-1**

CNPJ: **23.153.943/0001-50**

Registro na OCEMG:

015 de 07/04/1972

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados associados,

Apresentamos o resultado do exercício de 2020 da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. Fruto do apoio e do trabalho integrado de todos os cooperados, colaboradores, parceiros e diretoria, presidente Valdir Rodrigues de Oliveira, vice-presidente Altino José Severino Silva, conselheiros administrativos: Adilson Franco, Evandro Caixeta, Francisco Silva, Ícaro Botelho, Idelfonso Neto, Lionel Santos e Silvio de Sá e conselheiros fiscais: Antônio Almeida, Cláudio Mariano, Evandro Andrade, Geraldo Barbosa, Janete Alves e João Neto. Nossos agradecimentos a todos por fazerem da Coopervap e Produtos Paracatu uma das maiores cadeias produtivas do Noroeste Mineiro, geradora de emprego e renda para milhares de famílias. Estamos enfrentando o maior desafio já vivido por essa instituição, a pandemia da Covid-19 está sendo difícil em todos os sentidos, pois, além de tirar a vida de vários entes queridos, trouxe sérias complicações na saúde e drásticas mudanças nos hábitos de toda comunidade. Estamos focados na defesa da vida, fazendo tudo o que for necessário em prol do ser humano, do emprego e do amor pelo próximo. A humanidade está diante de uma das suas maiores mudanças nas relações interpessoais, o distanciamento social no cooperativismo é algo que precisamos reaprender todos os dias, principalmente, pela utilização das novas tecnologias; nada será como antes, os cuidados serão permanentes.

No fechamento dessa etapa, mesmo com todas as dificuldades, trazemos um resultado financeiro histórico da nossa Coopervap, o controle e trabalho em equipe de toda área comercial, fábrica de laticínios, captação de leite e área agrícola foram fundamentais para esse importante resultado. Nosso agradecimento a todos os associados e colaboradores que continuaram firmes, um ato de coragem e dedicação nesses tempos difíceis. A nossa participação na Central Mineira de Laticínios (CEMIL) é muito importante para escoamento da produção leiteira dos nossos associados. A intercooperação entre outras cooperativas e laticínios tem sido fundamental para o incremento das relações comerciais.

Registramos também, nesse fechamento, aumento significativo no giro da Unidade Armazenadora de Grãos e de toda Comercial Agrícola, sendo de grande importância para o resultado final. Estamos bem avançados no projeto de implantação da nova Fábrica de Rações, que será responsável por abaixar os custos e colaborar ainda mais com o crescimento e desenvolvimento dos nossos associados. Esperamos o momento mais oportuno para inauguração da nova loja agroveterinária, como também de vários outros investimentos já pactuados no planejamento estratégico, vamos respeitar e aguardar liberação por meio dos decretos que regulamentam o comércio diante a pandemia da Covid-19 em nossa região.

Transparência e muito trabalho são a marca da nossa diretoria, a Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu é forte e sólida graças a dedicação de todos, nosso muito obrigado!



VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente



ALTINO JOSÉ SEVERINO SILVA
Vice-Presidente

Sumário

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Ativo	6
Passivo	6

Demonstrações do resultado.....	7
---------------------------------	---

Demonstrações do resultado abrangente.....	8
--	---

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
---	---

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	11
--	----

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.....	12
---	----

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	45
---	----

Parecer do Conselho Fiscal	49
----------------------------------	----

ATIVO

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA.
Balancos Patrimoniais em 31/12/2020 e de 2019
Valores expressos em R\$

	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	30.544.367	24.840.417	Empréstimos e financiamentos	12	55.252.381	55.874.371
Contas a receber	6	56.515.091	43.077.795	Fornecedores	13	11.233.434	9.675.896
Estoques	7	31.494.910	29.406.944	Obrigações com cooperados	14	15.049.898	6.553.089
Impostos e contribuições a recuperar	8	7.297.831	3.909.321	Salários, férias e obrigações sociais	15	4.349.269	3.819.717
Outros ativos	9	5.782.663	4.695.367	Obrigações tributárias	16	3.358.115	2.027.352
Despesas antecipadas		177.254	379.392	Outros passivos	17	2.448.051	3.331.262
Total do ativo circulante		<u>131.812.116</u>	<u>106.309.236</u>	Total do passivo circulante		<u>91.691.148</u>	<u>81.281.687</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	12	7.871.155	3.238.513
Contas a receber	6	4.581.894	3.428.600	Obrigações tributárias	16	9.366.176	8.534.948
Outros ativos	9	195.846	-	Capital a restituir		1.437.616	1.451.081
Bens destinados a venda		14.794	94.719	Imposto de renda contribuição social diferidos	18	1.704.332	2.049.970
Depósitos judiciais	19	8.347	8.347	Provisão para contingências	19	-	99.074
Investimentos	10	26.786.664	18.560.391	Total do passivo não circulante		<u>20.379.279</u>	<u>15.373.586</u>
Imobilizado	11	79.935.377	80.147.997	Patrimônio líquido			
Intangível		1.662.161	811.878	Capital social		19.860.004	17.744.907
Total do não circulante		<u>113.185.083</u>	<u>103.051.932</u>	Ajuste de avaliação patrimonial – AAP		29.067.575	30.632.768
				Reserva de equalização		1.511.657	1.511.657
				Reserva legal		37.267.570	28.544.868
				Fundo de desenvolvimento tecnológico		24.374.474	21.174.088
				Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		17.941.759	11.833.043
				Sobras à disposição da Assembleia		2.903.733	1.264.564
				Total do patrimônio líquido	21	<u>132.926.772</u>	<u>112.705.895</u>
Total do ativo		<u>244.997.199</u>	<u>209.361.168</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>244.997.199</u>	<u>209.361.168</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2020	2019
Ingresso/ receita operacional líquido	22	451.394.211	350.226.291
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos		(379.432.665)	(295.230.372)
Sobra/ lucro bruto		71.961.546	54.995.919
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais			
Dispêndios/ despesas com pessoal	23	(19.599.438)	(18.575.650)
Dispêndios/ despesas administrativas e gerais	24	(36.721.653)	(32.783.580)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	25	13.563.504	2.012.758
		(42.757.587)	(49.346.472)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro		29.203.959	5.649.447
Resultado financeiro			
Ingressos/ receitas financeiras		2.246.255	2.641.683
Dispêndios/ despesas financeiras		(11.252.898)	(5.675.374)
	26	(9.006.643)	(3.033.691)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social		20.197.316	2.615.756
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		345.637	435.777
Imposto de renda e contribuição social – correntes	27	(2.437.173)	(1.448.788)
Sobra/ lucro líquido do exercício		18.105.780	1.602.745
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos		1.565.193	1.563.741
Utilização da RATES		1.290.388	1.048.728
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a reserva legal		(6.302.925)	-
Transferência do resultado das operações com terceiros p/ o RATES		(4.979.327)	-
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 25%		(2.419.777)	(1.053.803)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 20%		(1.935.822)	(843.044)
RATES – 25%		(2.419.777)	(1.053.803)
Sobras à disposição da Assembleia	21	2.903.733	1.264.564

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sobra/ lucro líquido do exercício	<u>18.105.780</u>	<u>1.602.745</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>18.105.780</u>	<u>1.602.745</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de equalização	Reserva legal	Fundo de Desenvolvimento Tecnológico	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	17.744.907	30.632.768	1.511.657	28.544.868	21.174.088	11.833.043	1.264.564	112.705.895
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO de 28/3/2020	-	-	-	-	1.264,564	-	(1.264,564)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.565.193)	-	-	-	-	1.565.193	-
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	1.066.930	-	-	-	-	-	-	1.066.930
Aumento de capital por admissões e capitalizações de retenções	2.057.100	-	-	-	-	-	-	2.057.100
Baixas de capital por saídas de cooperados	(1.008.933)	-	-	-	-	-	-	(1.008.933)
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para reserva legal	-	-	-	6.302.925	-	-	(6.302.925)	-
Transferência do resultado das operações com terceiros para a RATES	-	-	-	-	-	4.979.327	(4.979.327)	-
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	(1.290.388)	1.290.388	-
Sobra/ lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	18.105.780	18.105.780
Constituição de reservas estatutárias:								
Reserva legal	-	-	-	2.419.777	-	-	(2.419.777)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	1.935.822	-	(1.935.822)	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	2.419.777	(2.419.777)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19.860.004	29.067.575	1.511.657	37.267.570	24.374.474	17.941.759	2.903.733	132.926.772

...continua

... continuação

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de equalização	Reserva legal	Fundo de desenvolvimento tecnológico	RATES	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	16.747.958	32.196.509	1.511.657	27.491.065	19.084.057	11.827.968	1.246.987	110.106.201
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO de 30/3/2019	-	-	-	-	1.246.987	-	(1.246.987)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.563.741)	-	-	-	-	1.563.741	-
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	962.999	-	-	-	-	-	-	962.999
Aumento de capital por admissões e capitalizações de retenções	1.501.186	-	-	-	-	-	-	1.501.186
Baixas de capital por saídas de cooperados	(1.467.236)	-	-	-	-	-	-	(1.467.236)
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	(1.048.728)	1.048.728	-
Sobra/ lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.602.745	1.602.745
Constituição de reservas estatutárias:								
Reserva legal	-	-	-	1.053.803	-	-	(1.053.803)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	843.044	-	(843.044)	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	1.053.803	(1.053.803)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.744.907	30.632.768	1.511.657	28.544.868	21.174.088	11.833.043	1.264.564	112.705.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra/lucro líquido do exercício	18.105.780	1.602.745
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(345.638)	(435.777)
Depreciações e amortizações	3.953.364	3.700.534
Valor residual das baixas do imobilizado	182.798	354.057
Provisões para ações judiciais	(99.074)	-
Ajuste a valor presente	46.813	(358.546)
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(14.637.403)	(5.475.022)
Estoques	(2.087.966)	(2.391.270)
Impostos e contribuições a recuperar	(3.378.510)	(9.183)
Despesas antecipadas	202.138	53.932
Bens destinados a venda	79.925	71.578
Outros ativos	(1.283.142)	1.506.691
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	1.557.538	(925.618)
Obrigações com cooperados	8.496.809	469.487
Salários, férias e obrigações sociais	529.552	(341.755)
Obrigações tributárias	2.161.991	(1.025.528)
Outros passivos e capital a restituir	(896.676)	(529.972)
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>12.578.299</u>	<u>(3.733.647)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento (redução) líquido dos investimentos	(8.226.273)	2.330.113
Aquisições do imobilizado	(3.923.542)	(2.508.984)
Aumento do intangível	(850.283)	(730.166)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	<u>(13.000.098)</u>	<u>(909.037)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Variação dos empréstimos e financiamentos	4.010.652	7.290.261
Aumento de capital por admissões de cooperados e capitalizações de retenções	2.057.100	1.501.186
Aumento de capital com juros sobre o capital	1.066.930	962.999
Baixas de capital por saídas de cooperados	(1.008.933)	(1.467.236)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	<u>6.125.749</u>	<u>8.287.210</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>5.703.950</u>	<u>3.644.526</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	30.544.367	24.840.417
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.840.417	21.195.891
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>5.703.950</u>	<u>3.644.526</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

The background of the page is an abstract composition of overlapping, semi-transparent geometric shapes. On the right side, there is a dense cluster of various shades of green, ranging from light to dark. On the left side, there are several overlapping shapes in shades of grey and light green, creating a layered, architectural effect. The overall style is modern and minimalist.

1 Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu – COOPERVAP é uma sociedade cooperativa com sede em Paracatu, Estado de Minas Gerais, e que tem por objetivo principal o estímulo do crescimento do cooperativismo através da atividade principal que é o recebimento e resfriamento de leite de seus associados, bem como a sua industrialização e distribuição no estado e toda federação, o desenvolvimento e a defesa econômica de seus cooperados, desenvolvendo progressivo dos interesses de caráter comum, programas de ação nas seguintes áreas:

- (a) Recebimento e beneficiamento de leite, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas dos cooperados principalmente soja, milho e outros;
- (b) Venda de insumos agropecuários, peças, implementos e mercadorias em geral para os cooperados por meio de lojas próprias;
- (c) Venda de produtos de consumo para cooperados e terceiros por meio de supermercado, farmácias veterinárias, postos de combustíveis, drogaria, padaria, açougue, confecções, etc.;
- (d) Pesquisa e cooperação técnica nas áreas agropecuária e veterinária;
- (e) Industrialização e fornecimento de ração para pecuária em geral; e
- (f) Industrialização de café e arroz.

Em 31 de dezembro de 2020 possui 2.647 cooperados (2.560 cooperados em 31 de dezembro de 2019). O atendimento aos seus cooperados é realizado por intermédio da matriz em Paracatu – MG, e pelas unidades localizadas nos municípios de Guarda Mor – MG e Distrito de Vazamor – MG.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando aplicável, para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de

aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 3.

2.2 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 19 de março de 2021 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

A Administração da Cooperativa declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação funcional da Cooperativa. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma em notas explicativas.

2.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.3.1 Classificação, reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na reversão também é reconhecido no resultado.

2.3.2 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual o ativo pode ser realizado e o passivo liquidado, entre partes conhecidas, em condições normais de mercado. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são mensurados pelo valor justo na data das demonstrações contábeis e as variações são registradas como sobras ou perdas.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 *Impairment* de ativos financeiros

A Cooperativa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). As perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda que tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os principais critérios que a Cooperativa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, são a identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato ou inadimplência.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração das sobras.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Cooperativa.

2.5 Contas a receber

As duplicatas a receber de clientes e cooperados correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e prestação de serviços, no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Os valores a receber classificados como não circulante, são títulos com prazo de vencimento e expectativa de recebimento superior a um ano.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa “PECLD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado aos clientes e cooperados, ajustadas a valor presente, aumentadas por juros, e, se necessário, ajustadas pela provisão para *impairment*.

2.6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos para a aquisição e produção e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido de realização é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade de

produção normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perdas por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

2.7 Ativos mantidos para venda

Estão avaliados pelo custo de aquisição e ajustados quando necessário ao seu valor justo, líquido das despesas de vendas, ou pelo valor líquido contábil, dos dois o menor.

2.8 Investimentos

Os investimentos em sociedades cooperativas são avaliados pelo custo de aquisição, ajustado pelo seu valor justo, uma vez que as práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem a avaliação de investimentos em sociedades cooperativas pelo método da equivalência patrimonial. O valor líquido desses investimentos é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. O saldo é representado substancialmente pela participação na Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL.

2.9 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas ou ajustado ao valor justo ou custo atribuído (*deemed cost*) para os bens das contas de terrenos e edificações e terras de uso e exploração, com base em laudo de peritos independentes.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos na demonstração das sobras ou perdas, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “outros ingressos operacionais” na demonstração das sobras ou perdas.

A depreciação é calculada e reconhecida no custo e despesa no resultado do exercício, usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada conforme as taxas definidas no laudo dos peritos. As taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 11.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

2.10 Intangível

Representado por gastos com softwares adquiridos separadamente e marcas e patentes, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada com base na vida útil estimável e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e os financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores e cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores e cooperados no curso normal dos negócios, sendo classificadas

como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente

A Cooperativa, por alinhar um perfil de sociedade sem objetivo de lucro, não tem incidência do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre seu resultado de operações realizadas com cooperados.

O resultado apurado pela Cooperativa com operações realizadas com não-cooperados (atos com terceiros), são tributados pelo imposto de renda e pela contribuição social sobre o lucro líquido com base nas alíquotas vigentes, quando aplicável, utilizando como regime de apuração o lucro real.

2.16 Outros ativo e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, caso contrário, são demonstrados como não circulante.

2.17 Capital social

As cotas de capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissões, os cooperados tem seu capital devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista e ficam classificados no passivo circulante e não circulante conforme definido a forma de devolução em estatuto e assembleia.

2.18 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.19 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais - são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.20 Reconhecimento do ingresso/ receita

O ingresso/ receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no mercado nacional no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos impostos, das devoluções, dos abatimentos, dos juros e dos descontos. A Cooperativa reconhece o ingresso/ receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa, conforme descrição a seguir:

Venda de produtos - a Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

Receita financeira - a receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.21 Arrendamentos

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

2.22 Destinações estatutárias e legais

As destinações estatutárias e legais são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa ao final do exercício, com base em seu estatuto social. As destinações das sobras à disposição da Assembleia somente são provisionadas na data em que são aprovadas pelos cooperados, em Assembleia Geral Ordinária - AGO.

2.23 Benefício a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é incorrido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.24 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da Assembleia Geral Ordinária, no patrimônio líquido.

2.25 Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa “impairment” - as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas mediante a aplicação de percentuais estimados de perda sobre cada categoria da carteira de título a receber. Esses títulos a receber são classificados por categorias, considerando, substancialmente, a natureza do título, sua condição de recebimento (vencido ou a vencer) e as garantias existentes, conforme nota explicativa 6.

Perdas estimadas para não realização dos estoques - as perdas estimadas para não realização dos estoques foram registradas considerando os estoques obsoletos e de movimentação lenta, conforme nota explicativa 7.

Perdas estimadas para não realização dos impostos e contribuições a recuperar - as perdas estimadas para não realização dos impostos e contribuições a recuperar foram constituídas considerando a expectativa de não realização da Administração quanto a recuperabilidade desses créditos, conforme nota explicativa 8.

Provisão para contingências - a provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos, conforme nota explicativa 19.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco da atividade e risco de taxas de juros.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Cooperativa, e está de acordo com as políticas definidas. A Administração da Cooperativa identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros, bem como para áreas específicas, risco de volatilidade do mercado de commodities agrícolas, risco de crédito e uso de instrumentos financeiros.

Risco de crédito - os riscos de crédito são medidos pela presença de situações potenciais que possam impactar negativamente no resultado e na situação patrimonial e financeira como consequência da falta de realização dos créditos registrados no ativo, normalmente denominados instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir, estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. É adotada política de negociar com pessoas físicas e jurídicas que detenham capacidade de crédito e também de obter garantias suficientes, quando considerado necessário, para mitigar os riscos de perdas financeiras por motivo de inadimplência. Em face aos riscos inerentes a atividade do setor primário a que estão expostos os cooperados existe risco permanente de inadimplência diante da ocorrência de frustrações de safra, no entanto, por conta desse risco, é mantida posição patrimonial e financeira apropriada para suportar esse tipo de ocorrência, normalmente administrada através de prorrogações dos prazos de vencimento.

Risco de liquidez - o risco de liquidez é medido pela capacidade de cumprir com as obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e principalmente os fluxos de caixa. As principais obrigações concentram-se, em ordem de relevância, com agentes financeiros,

fornecedores e os próprios cooperados. O gerenciamento do risco de liquidez considera análise de novos investimentos e a contratação de recursos no mercado financeiro mediante autorização anual da assembleia geral dos associados. Na data base das demonstrações financeiras o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 1,43 e 1,22, respectivamente, não havendo indicativos de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes, sejam de curto, médio ou longo prazo.

Risco da atividade - as principais atividades desenvolvidas possuem relação com a produção agrícola do quadro social, operando principalmente com a comercialização de insumos agrícolas e recebimento, limpeza, secagem, classificação, armazenamento e comercialização dessa produção. O principal risco inerente a essa atividade é o fator climático, o qual pode afetar de forma significativa os volumes de produção, com reflexos sobre as projeções orçamentárias de receitas e margens de comercialização e eventualmente, a depender dos compromissos existentes entre as partes, refletir nos riscos de crédito. As políticas governamentais e oscilações na cotação das moedas e preços de commodities também são fatores significativos a serem considerados na análise dos riscos inerentes a atividade.

Risco de taxas de juros - a Cooperativa não possui passivos sujeitos as oscilações relevantes de taxas de juros que possam afetar o nível de endividamento e os resultados. As operações bancárias (financiamentos) estão indexadas a taxas fixas que oscilam na grande maioria, entre 3,70% a 7,00% ao ano.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Cooperativa ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e garantir a liquidez necessária para suas atividades comerciais.

Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Cooperativa, requeridos para seu constante crescimento e atualização tecnológica, são obtidos das sobras retidas e de recursos captados em linhas de financiamentos de longo prazo.

Os recursos necessários para garantir a liquidez de suas atividades comerciais são obtidos mediante a captação de recursos no mercado financeiro das modalidades crédito rural.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Caixa	514.600	943.136
Bancos conta movimento	15.076.576	2.763.812
Aplicações financeiras	14.953.191	21.133.469
	<u>30.544.367</u>	<u>24.840.417</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA.
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Valores expressos em R\$

6 Contas a receber

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Clientes	37.841.436	1.020.200	38.861.636	26.067.618	535.663	26.603.281
Cooperados	23.161.497	3.297.936	26.459.433	19.374.437	2.569.160	21.943.597
Repasses a cooperados – conta financiada	47.525	6.718.939	6.766.464	53.556	6.869.829	6.923.385
Outros recebíveis	-	-	-	185.631	-	185.631
(-) Ajuste a valor presente (i)	(245.433)	-	(245.433)	(198.620)	-	(198.620)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	(4.289.934)	(6.455.181)	(10.745.115)	(2.404.827)	(6.546.052)	(8.950.879)
	56.515.091	4.581.894	61.096.985	43.077.795	3.428.600	46.506.395

- (i) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros embutidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecerlo em conformidade com o regime de competência.
- (ii) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos clientes e cooperados, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. As perdas estimadas pela Administração da Cooperativa, é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com valores de contas a receber.

7 Estoques

Descrição	2020	2019
Produtos e Mercadorias para revenda	18.891.693	21.012.767
Produtos agrícolas	6.846.833	4.073.259
Produtos agrícolas – terceiros (i)	1.369.503	713.993
Matérias-primas	1.858.790	1.300.819
Almoxarifado	2.032.870	1.577.660
Produtos em elaboração	450.744	686.064
Bovinos	44.477	42.382
	<u>31.494.910</u>	<u>29.406.944</u>

A Cooperativa passa por processo de levantamento e aprimoramento para apuração dos créditos de PIS e COFINS, em especial, sobre seus estoques, bem como, a implantação de ERP (sistema) com módulo específico de estoque e custo de produção coordenado e integrado.

A Administração da Cooperativa entende que não há necessidade de registro de provisão para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta.

(i) O saldo de “Produtos agrícolas – terceiros” refere-se à obrigação quanto aos estoques de terceiros depositados na Cooperativa, cuja contra partida está registrada na rubrica de “Outros passivos”, conforme nota 17.

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA.
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Valores expressos em R\$

8 Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2020			2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	6.473.155	-	6.473.155	2.475.019	-	2.475.019
ICMS – CIAP (iii)	2.028.252	-	2.028.252	1.891.155	-	1.891.155
PIS (ii)	745.954	4.751.964	5.497.918	8.863.969	3.773.690	12.637.659
COFINS (ii)	3.453.455	19.238.054	22.691.509	40.650.504	16.330.926	56.981.430
Imposto de renda	626.815	-	626.815	626.815	-	626.815
Contribuição social	197.861	-	197.861	197.861	-	197.861
INSS	-	-	-	609.626	-	609.626
(-) Provisão para PIS/COFINS crédito extemporâneo (i)	(4.199.409)	(23.990.018)	(28.189.427)	(49.514.473)	(20.104.616)	(20.104.616)
(-) Provisão para ICMS – CIAP (iii)	(2.028.252)	-	(2.028.252)	(1.891.155)	-	(1.891.155)
	7.297.831	-	7.297.831	3.909.321	-	3.909.321

- (i) Com o advento da Lei 10.865/2004, artigo 21, as sociedades cooperativas agropecuárias foram inseridas na regra de apuração não-cumulativa das contribuições do PIS e da COFINS. A Administração da Cooperativa, devido às dúvidas quanto à realização desses créditos, considerando que a Cooperativa opera substancialmente com atos cooperativos, que não são tributados, decidiu constituir perdas estimadas para não realização no montante total dos créditos.

-
- (ii) Em 2019, a Cooperativa retificou as obrigações acessórias referente aos exercícios de 2014 à 2018, e em decorrência desse fato, reconheceu nos saldos contábeis, créditos de PIS e COFINS baseado no levantamento feito pelos seus assessores jurídicos, perfazendo o montante no valor de R\$ 21.055.157. Os créditos apurados estão em consonância com o advento da Lei nº 10.637/2002 artigo 3 e da Lei nº 10.925/2004 artigo 8, que dispõe dos créditos que podem ser descontados na apuração do PIS e da COFINS, destacando, bens e serviços utilizado para consumo, energia elétrica, bens imobilizados, edificações e benfeitorias em imóveis próprios, frete na operação de venda e insumos na produção de mercadorias de origem animal ou vegetal destinada a alimentação humana ou animal.

Ainda, houve uma intimação realizada pela Receita Federal do Brasil – RFB, para esclarecimentos sobre o motivo de divergência apresentadas entre os saldos de suas obrigações acessórias declaradas no SPED Contribuições e na Escrituração Contábil Digital (ECD), referente aos exercícios 2015 e 2016. Em 2020, após a fiscalização da Receita Federal do Brasil a Cooperativa reconheceu os valores de tributos de IRPJ e CSLL sobre as receitas dos créditos escriturados desses exercícios mencionados, ainda não tributadas, cujo montante dos tributos foi parcelado e vem sendo recolhido normalmente junto ao fisco, conforme nota explicativa 16.

Em 2019, a Cooperativa, utilizou parte dos créditos no montante de R\$ 950.541, para pagamento de imposto de renda e contribuição social, através dos PER/DCOMP.

Em 2020, os créditos foram utilizados para pagamento de IRPJ, CSLL, IRRF sobre os juros sobre o capital próprio e INSS no montante total de R\$ 3.309.590. Ainda, em 2020 a Cooperativa reconheceu os créditos de PIS e COFINS conforme as informações fiscais de suas obrigações acessórias declaradas no SPED Contribuições no montante de R\$ 11.394.402, referente aos períodos de janeiro de 2019 a dezembro de 2020, que também foi constituído integralmente, valor de perdas estimadas para não realização.

Com a finalização do processo de implantação do novo sistema ERP, os créditos tributários passarão a ser reconhecidos no ato das entradas dos itens no estoque, regularizando a valorização dos saldos de estoques e evitando o levantamento paralelo dos referidos créditos.

A Cooperativa através de seus assessores jurídicos busca junto ao fisco o ressarcimento de parte dos créditos, tendo em vista tendo vista que as operações normais atuais da Cooperativa, com ato com terceiros, não geram débitos suficientes para utilizar os créditos escriturados nas entradas.

- (iii) A Administração da Cooperativa por conta da incerteza quanto a realização dos créditos de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP), decidiu conservadoramente constituir provisão para não realização do saldo até a finalização das análises quanto a expectativa de recuperabilidade desses créditos, bem como a conciliação com os ativos registrados no patrimônio.

9 Outros ativos

Descrição	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Cheques a receber	1.925.927	-	1.925.927	1.520.244
Cartões de créditos	2.681.979	-	2.681.979	2.080.737
Adiantamentos a cooperados	472.823	-	472.823	450.948
Aquisição de mercadorias para recebimento futuro	456.391	195.846	652.237	356.448
Adiantamentos a colaboradores	245.543	-	245.543	286.990
Cheques devolvidos	197.183	-	197.183	238.626
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(197.183)	-	(197.183)	(238.626)
	5.782.663	195.846	5.978.509	4.695.367

10 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2020	2019
Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL	26.057.069	17.899.867
Sicoob Crediparnor	609.847	554.645
Sicoob Credivaz	42.748	28.879
Fecoagro	1.000	1.000
Cotas de consórcio	76.000	76.000
	26.786.664	18.560.391

b Movimentação dos investimentos

	Cotas de					Total
	CEMIL	Crediparnor	Credivaz	Fecoagro	consórcio	
Saldos em 1° de janeiro de 2019	20.293.514	497.993	21.997	1.000	76.000	20.890.504
Adição	946.622	56.652	6.882	-	-	1.010.156
Baixa	(3.340.269)	-	-	-	-	(3.340.269)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.899.867	554.645	28.879	1.000	76.000	18.560.391
Adição	8.157.202	55.202	13.869	-	-	8.226.273
Saldos em 31 de dezembro de 2020	26.057.069	609.847	42.748	1.000	76.000	26.786.664

11 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	2020				2019
		Custo + AAP*	Depreciação		Total	Total
			acumulada			
Terrenos	-	31.426.195	-	31.426.195	31.426.195	
Edificações	De 1,67% até 2,86%	30.384.017	(9.516.323)	20.867.694	21.611.361	
Máquinas, equipamentos e instalações	De 6,67% até 10%	39.439.986	(19.625.332)	19.814.654	21.614.769	
Veículos	De 10% até 20%	9.011.936	(4.204.648)	4.807.288	4.469.958	
Equipamentos de informática	De 50% até 10%	1.900.624	(1.199.248)	701.376	440.572	
Móveis e utensílios	De 6,67% até 10%	1.009.297	(609.983)	399.314	422.524	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 3,33% até 4,17%	257.044	(257.044)	-	-	
Imobilizado em andamento	-	1.918.856	-	1.918.856	162.618	
		115.347.955	(35.412.578)	79.935.377	80.147.997	

*Custo de aquisição e o ajuste de avaliação patrimonial.

A Administração da Cooperativa contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus imobilizados que emitiu laudo técnico base para os registros contábeis. O resultado do trabalho, apurou um acréscimo no ativo imobilizado que foi registrado em contrapartida do patrimônio líquido na conta de Ajuste de avaliação patrimonial (AAP). A Administração constituiu a provisão dos tributos diferidos proporcional ao percentual que atua com atos não cooperativos.

Foi também contemplada no laudo dos peritos independentes, a análise da vida útil remanescente e a determinação dos valores residuais finais dos grupos pertinentes. Portanto, a despesa de depreciação no exercício está ajustada levando em consideração as referidas análises.

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA.
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Valores expressos em R\$

a Movimentação do imobilizado – custo

Descrição	Saldo				Saldo				Saldo
	1º/1/2019	Aquisições	Baixas	Transferências	2019	Aquisições	Baixas	Transferências	
Terrenos	31.311.195	115.000	-	-	31.426.195	-	-	-	31.426.195
Edificações	30.040.003	172.804	-	-	30.212.807	-	-	171.210	30.384.017
Máquinas, equipamentos e instalações	33.136.976	979.044	(423.213)	5.314.206	39.007.013	717.801	(284.828)	-	39.439.986
Veículos	8.273.076	620.500	(404.451)	-	8.489.125	816.811	(294.000)	-	9.011.936
Equipamentos de informática	1.517.126	1.044	(31.052)	7.014	1.494.132	409.936	(3.444)	-	1.900.624
Móveis e utensílios	965.747	-	(1.876)	-	963.871	49.354	(3.928)	-	1.009.297
Benfeitorias em imóveis de terceiros	257.044	-	-	-	257.044	-	-	-	257.044
Imobilizado em andamento	4.915.750	620.592	7.306	(5.381.030)	162.618	1.929.640	(2.192)	(171.210)	1.918.856
	110.416.917	2.508.984	(853.286)	(59.810)	112.012.805	3.923.542	(588.392)	-	115.347.955

b Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	Saldo				Saldo				Saldo
	1º/1/2019	Adições	Baixas	Transferências	2019	Adições	Baixas	2020	
Edificações	(7.675.117)	(926.329)	-	-	(8.601.446)	(914.877)	-	(9.516.323)	
Máquinas, equipamentos e instalações	(15.486.871)	(2.203.848)	298.475	-	(17.392.244)	(2.400.379)	167.291	(19.625.332)	
Veículos	(3.801.775)	(375.913)	158.521	-	(4.019.167)	(416.415)	230.934	(4.204.648)	
Equipamentos de informática	(1.030.128)	(124.225)	40.983	59.810	(1.053.560)	(149.132)	3.444	(1.199.248)	
Móveis e utensílios	(472.378)	(70.219)	1.250	-	(541.347)	(72.561)	3.925	(609.983)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(257.044)	-	-	-	(257.044)	-	-	(257.044)	
	(28.723.313)	(3.700.534)	499.229	59.810	(31.864.808)	(3.953.364)	405.594	(35.412.578)	

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA.
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Valores expressos em R\$

12 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas de juros anual	Garantias	Vencimento final	2020			2019		
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	De 3,7% a 7%	Aval e penhor	Outubro de 2021	54.410.135	-	54.410.135	55.112.380	-	55.112.380
Finame	De 2,5% a 12% + TR	Aval e bens	Março de 2023	329.865	3.311.473	3.641.338	228.670	683.507	912.177
Securitização	3% + variação produto	Aval e alienação	Outubro de 2025	512.381	4.559.682	5.072.063	533.321	2.555.006	3.088.327
				55.252.381	7.871.155	63.123.536	55.874.371	3.238.513	59.112.884

13 Fornecedores

Descrição	2020	2019
Fornecedores nacionais	11.233.434	9.675.896

O saldo de fornecedores nacionais é composto pelos valores a pagar à fornecedores de mercadorias, que são disponibilizados nas unidades (lojas) da Cooperativa, adquiridos diretamente dos fabricantes, quando possível e conveniente, para que a Cooperativa possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados.

14 Obrigações com cooperados

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cooperados – fornecimento de leite	14.761.003	6.229.327
Cooperados – fornecimento diversos	288.895	323.762
	<u>15.049.898</u>	<u>6.553.089</u>

Substancialmente representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção à Cooperativa.

15 Salários, férias e obrigações sociais

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários a pagar	928.929	769.996
Honorários	69.363	39.484
INSS	611.312	568.322
FGTS	185.637	164.815
PIS sobre folha	26.825	25.478
Pensão alimentícia	3.901	5.542
Provisão de férias e encargos	2.487.432	2.204.471
Outros	35.870	41.609
	<u>4.349.269</u>	<u>3.819.717</u>

16 Obrigações tributárias

<u>Descrição</u>	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
ICMS	280.194	-	280.194	184.501	-	184.501
Parcelamento ICMS (i)	1.232.755	7.910.176	9.142.931	1.181.372	8.534.948	9.716.320
Parcelamento IRPJ e CSLL (ii)	406.326	1.456.000	1.862.326	-	-	-
IRPJ e CSLL	1.057.639	-	1.057.639	370.506	-	370.506
INSS Funrural	273.122	-	273.122	169.390	-	169.390
Outros tributos	108.079	-	108.079	121.583	-	121.583
	<u>3.358.115</u>	<u>9.366.176</u>	<u>12.724.291</u>	<u>2.027.352</u>	<u>8.534.948</u>	<u>10.562.300</u>

(i) Em 22 de junho de 2018, foi lavrado o Termo de Autodenúncia nº 05.000294985-21, no valor de R\$ 11.507.205, devido ausência de recolhimento do ICMS operação própria da Cooperativa, em

razão de ter efetuado o estorno de crédito apropriado pela aquisição de leite *in-natura*. O parcelamento foi deferido em 120 parcelas mensais e consecutivas que estão sendo honradas normalmente.

- (ii) Refere-se a parcelamento junto a Receita Federal do Brasil – RFB relativo a IRPJ e CSLL dos períodos fiscalizados de 2015 e 2016, por conta de reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS, conforme nota explicativa 8, cujo valor foi parcela e deferido em 60 parcelas mensais e consecutivas as quais estão sendo honradas normalmente.

17 Outros passivos

Descrição	2020	2019
Produtos agrícolas – terceiros	1.369.503	713.993
Adiantamentos de clientes	610.788	169.925
Transporte de leite	-	766.806
Repasses a convênios	163.376	250.196
Imóveis a pagar	-	550.000
Outras despesas	304.384	880.342
	<u>2.448.051</u>	<u>3.331.262</u>

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Refere-se aos tributos calculados sobre o valor pela avaliação pelo custo atribuído (*deemed cost*) dos bens imobilizados com base em laudo de peritos independentes. Foram constituídos considerando as alíquotas vigentes dos tributos, e ainda proporcional ao percentual que atua com atos não cooperativos.

19 Provisão para contingências e depósito judicial

A Cooperativa era parte envolvida em ações trabalhistas, as quais estão sendo discutidas na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para a ação e valor envolvido, cujos assessores jurídicos, classificaram como expectativa de perda provável. Existem depósitos judiciais realizados suportando as parcialmente as demandas.

O saldo da provisão para contingências e dos depósitos judiciais estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Provisão para contingências		Depósitos judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas	-	99.074	8.347	8.347

A provisão trabalhista foi constituída com base na expectativa dos assessores jurídicos para as ações cuja perda foi considerada provável.

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face à eventuais perdas que possam advir no futuro.

20 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações, cíveis e trabalhistas nos montantes, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 5.054.076 e R\$ 501.338 (R\$ 1.732.413 e R\$ 954.092 em 2019), respectivamente. Ainda, a Cooperativa é parte envolvida em processos de execuções fiscais no montante de R\$ 813.142. A opinião dos consultores jurídicos quanto ao risco de perda no desfecho desses processos até o momento é classificada como possível, mas não provável. Tais ações por natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor monta.

Quanto a questões tributárias, acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2020, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

21 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 25% para reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 20% para fundo de desenvolvimento tecnológico, destinada ao suporte a novo projetos, modernização e investimento tecnológico na Cooperativa;
- 25% para reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, familiares e aos empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- 100% das sobras rateadas oriundas das participações da Cooperativa em outras sociedades;
- A perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados;
- Os resultados positivos das operações com não cooperados (lucro líquido) serão destinados à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. Quando negativo, deve ser levado à reserva legal e, se insuficiente sua cobertura, será rateado entre os associados;
- Quando houver sobras no exercício, a Cooperativa calculará juros de 6% ao ano, sobre o capital integralizado do associado;
- Conforme preconiza o Estatuto Social da Cooperativa, os créditos não reclamados, decorridos cinco anos, são revertidos à Reserva legal; e
- Além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar oportunamente outros fundos.

c Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

Refere-se ao ajuste de avaliação patrimonial – AAP de bens do ativo imobilizado. A realização do ajuste de avaliação patrimonial (basicamente depreciação e baixa do ativo imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, bem como os respectivos tributos diferidos correspondentes a realização do ajuste de avaliação patrimonial.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e destinações estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruirão dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Descrição	2020	2019
Sobra/ lucro líquido do exercício	18.105.780	1.602.745
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	1.565.193	1.563.741
Utilização da RATES	1.290.388	1.048.728
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a reserva legal	(6.302.925)	-
Transferência do resultado das operações com terceiros para o RATES	(4.979.327)	-
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 25%	(2.419.777)	(1.053.803)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 20%	(1.935.822)	(843.044)
RATES – 25%	(2.419.777)	(1.053.803)
Sobras à disposição da Assembleia	2.903.733	1.264.564

22 Ingresso/ receita operacional líquido

Descrição	2020	2019
Ingresso/ receita bruto		
Vendas de produtos e mercadorias: cooperados	403.444.058	302.720.589
Vendas de produtos, mercadorias: terceiros	75.297.915	69.086.127
Prestação de serviços: cooperados	4.418.439	2.763.244
Prestação de serviços: terceiros	-	18.000
	483.160.412	374.587.960
(-) Deduções do ingresso/ receita bruto		
Impostos incidentes sobre vendas	(26.365.002)	(20.524.538)
Devoluções e abatimentos	(5.401.199)	(3.837.131)
	(31.766.201)	(24.361.669)
	451.394.211	350.226.291

23 Dispêndios/ despesas com pessoal

Descrição	2020	2019
Salários e honorários	(9.585.867)	(9.352.863)
Encargos sociais (INSS, FGTS e PIS)	(5.485.059)	(5.350.530)
Férias e 13º salário	(2.378.427)	(2.247.992)
Horas extras, adicionais e gratificações	(1.211.348)	(930.681)
Refeição e cesta básica	(912.878)	(870.504)
Aviso prévio e indenizações	(182.936)	(170.985)
Vale transporte	(80.874)	(115.149)
Seguro de vida	(67.314)	(50.317)
Assistência médica	(57.567)	(57.073)
Outros	(385.816)	(225.319)
(-) Transferências para custeio	748.648	795.763
	<u>(19.599.438)</u>	<u>(18.575.650)</u>

24 Dispêndios/ despesas administrativas e gerais

Descrição	2020	2019
Fretes e carretos	(11.318.102)	(9.406.946)
Combustíveis e lubrificantes	(5.168.098)	(5.068.100)
Prestadores de serviços	(4.744.292)	(4.614.337)
Despesas com transportes	(3.893.452)	(3.736.426)
Quebra de estoque	(1.827.053)	(454.374)
Peças e acessórios	(1.548.058)	(1.328.270)
Depreciação	(1.391.082)	(1.248.971)
Despesas bancárias e com cartões de créditos	(810.470)	(1.010.588)
Despesas com multas	(821.678)	(108.194)
Manutenção e conservação	(743.990)	(659.535)
Energia elétrica	(741.570)	(878.534)
Publicidade e propaganda	(586.585)	(949.235)
Seguros	(518.766)	(510.016)
Aluguéis	(405.468)	(421.849)
Material de embalagens	(333.533)	(275.285)
Comunicação	(304.432)	(344.690)
Material de escritório	(260.527)	(259.122)
Despesa com consórcios	(236.646)	(329.645)
Provisão/ reversão com perdas de créditos de liquidação duvidosa	(1.821.095)	(1.830.877)
Outros	(2.486.362)	(2.416.095)
(-) Transferências para custeio	3.239.606	3.067.509
	<u>(36.721.653)</u>	<u>(32.783.580)</u>

25 Outros ingressos/ dispêndios/ receitas / despesas operacionais, líquidos

Descrição	2020	2019
Receitas diversas	4.954.968	1.961.139
Resultado com participação em outras sociedades (i)	6.233.856	(3.276.735)
Recuperação de créditos	1.283.522	1.401.993
Vendas diversas	564.625	607.980
Bonificações	527.565	518.815
Receita de aluguéis	120.675	240.183
Receitas com vendas de ingresso para exposição	-	598.042
Outros	(121.707)	(38.659)
	<u>13.563.504</u>	<u>2.012.758</u>

(i) Refere-se significativamente ao resultado da CEMIL, no exercício de 2020, o qual foi deliberado em AGO pela capitalização.

26 Resultado financeiro

Descrição	2020	2019
Ingressos/ receitas financeiras		
Juros incorridos	1.777.720	1.601.636
Descontos obtidos	101.140	110.170
Rendimentos de aplicações financeiras	367.395	929.877
	<u>2.246.255</u>	<u>2.641.683</u>
Dispêndios/ despesas financeiras		
Juros incorridos	(9.838.030)	(4.911.953)
Descontos concedidos	(240.470)	(115.053)
Ajuste a valor presente	(46.813)	358.546
Juros sobre o capital	(1.127.585)	(1.006.914)
	<u>(11.252.898)</u>	<u>(5.675.374)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(9.006.643)</u>	<u>(3.033.691)</u>

27 Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentas destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

28 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Natureza da operação	2020			2019		
	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total
(a) Saldo em 31 de dezembro:						
Ativo						
Contas a receber de cooperados	528.432	16.253	544.685	474.277	184.424	658.701
Passivo						
Obrigações com cooperados	162.873	21.288	184.161	13.552	9.583	23.135
Capital social	537.330	36.262	573.592	297.069	260.494	557.563
(b) Transações no exercício						
Cédula de presença	156.000	98.601	254.601	154.500	97.653	252.153
Remuneração paga	615.009	-	615.009	609.551	-	609.551
Faturamento	5.671.958	286.248	5.958.206	2.732.399	1.746.881	4.479.280
(c) Produção armazenada						
Grãos	-	-	-	-	-	-

30 Demonstrações das sobras/ lucros ou perdas/ prejuízos de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com não cooperados apresentadas em atendimento à Lei 5.764/1971 não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA.
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Valores expressos em R\$

	2020			2019		
	Não		Total	Não		Total
	Cooperado	cooperados		Cooperado	cooperados	
Ingresso/ receita operacional líquido	377.876.532	73.517.679	451.394.211	282.830.719	67.395.572	350.226.291
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos	(319.352.608)	(60.080.057)	(379.432.665)	(241.501.988)	(53.728.384)	(295.230.372)
Sobra/ lucro bruto	58.523.924	13.437.622	71.961.546	41.328.731	13.667.188	54.995.919
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais						
Dispêndios/ despesas com pessoal	(16.544.972)	(3.054.466)	(19.599.438)	(15.148.807)	(3.426.843)	(18.575.650)
Dispêndios/ despesas administrativos e gerais	(31.074.264)	(5.647.389)	(36.721.653)	(26.839.515)	(5.944.065)	(32.783.580)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	9.824.772	3.738.732	13.563.504	1.641.444	371.314	2.012.758
	(37.794.464)	(4.963.123)	(42.757.587)	(40.346.878)	(8.999.594)	(49.346.472)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro	20.729.460	8.474.499	29.203.959	981.853	4.667.594	5.649.447
Resultado financeiro						
Ingressos/ receitas financeiros	1.896.188	350.067	2.246.255	2.154.345	487.338	2.641.683
Dispêndios/ despesas financeiros	(9.499.195)	(1.753.703)	(11.252.898)	(4.628.380)	(1.046.994)	(5.675.374)
	(7.603.007)	(1.403.636)	(9.006.643)	(2.474.035)	(559.656)	(3.033.691)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.126.453	7.070.863	20.197.316	(1.492.182)	4.107.938	2.615.756
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	345.637	345.637	-	435.777	435.777
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	(2.437.173)	(2.437.173)	-	(1.448.788)	(1.448.788)
Sobra/ lucro líquido do exercício	13.126.453	4.979.327	18.105.780	(1.492.182)	3.094.927	1.602.745

Observação: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

31 Produção agrícola armazenada

A Cooperativa possui em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados para futura comercialização dos seguintes produtos:

Produto	Unidade	2020		2019	
		Quantidade	Valorização	Quantidade	Valorização
Soja	Kg	94.078	211.676	474.662	626.554
Milho	Kg	397.240	472.716	470.847	386.095
Arroz	Kg	987.230	1.915.226	5.298	5.086

As quantidades apresentadas acima estão valorizadas para fins de apresentação, pelos preços médios de mercado nas datas base.

A Cooperativa é responsável pela guarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.


IANO JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA
Contador - CRC/MG: 48413


VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente


ALTINO JOSÉ SEVERINO SILVA
Vice-Presidente

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – COOPERVAP
Paracatu MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – Coopervap (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – Coopervap em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Estoques

Conforme nota explicativa 7, a Cooperativa passa por processo de levantamento para apuração dos créditos de PIS e COFINS, em especial, sobre seus estoques de produtos adquiridos para produção e revenda e ainda estão em processo de implantação de novo sistema operacional para o controle de estoque e custo de produção. Em 31 de dezembro de 2020, não conseguimos obter evidência e quantificação dos possíveis efeitos sobre o saldo dos estoques, bem como, não foi possível determinarmos os seus reflexos.

PIS e COFINS

Conforme nota explicativa 8, a Cooperativa possui créditos escriturados de PIS e COFINS no montante de R\$ 28.189.427, que sobre o qual conservadoramente foram constituídas perdas estimadas para não realização no montante total. Em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações financeiras não contemplam os efeitos tributários do imposto de renda e da contribuição social sobre o referido ganho, no montante original aproximado de R\$ 1.533.504, calculado sobre a base de cálculo apurada com o percentual de operação es com terceiros sobre o montante dos créditos citados. Consequentemente o passivo circulante está a menor, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão a maior no mesmo montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Valores do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores, cujo relatório de auditoria, datado de 14 de fevereiro de 2020, continha modificação quanto a não recebimento de correspondências de denominadas circularização de assessores jurídicos e instituições financeiras, à ausência de evidência e quantificação dos efeitos dos créditos de PIS e de COFINS sobre os estoques e seus reflexos e a ausência do registro da provisão de IRPJ e CSLL sobre o reconhecimento dos créditos tributários de PIS e COFINS.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 24 de março de 2021.



Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

COOPERATIVA AGROPECUARIA DO VALE DO PARACATU LTDA.


"PARECER DO CONSELHO FISCAL"

Nós membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda, examinamos as demonstrações contábeis, encerradas em 31/12/2020 composta do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das mutações do Patrimônio líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto, e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras, onde o Ativo e Passivo apresentam o montante de R\$ 244.997.199,42 (Duzentos e quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e sete mil, cento e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos) e as sobras à disposição da A.G.O apresenta o valor de R\$ 2.903.732,54 (Dois milhões, novecentos e três mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos). O exame inclui entre outras atividades, visitas as unidades da Coopervap, conferência de estoques, caixa e do movimento bancário. Com base nas verificações efetuadas, e no Parecer da Auditoria Independente somos de opinião que as demonstrações contábeis, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a situação financeira, econômica, e patrimonial da Coopervap em 31/12/2020, razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral a ser realizada no dia 27/03/2021.

Paracatu-MG, 05 de Março de 2021.


Claudio Mariano de Almeida


Geraldo Pimentel Barbosa Filho


Antonio Eustaquio de Almeida

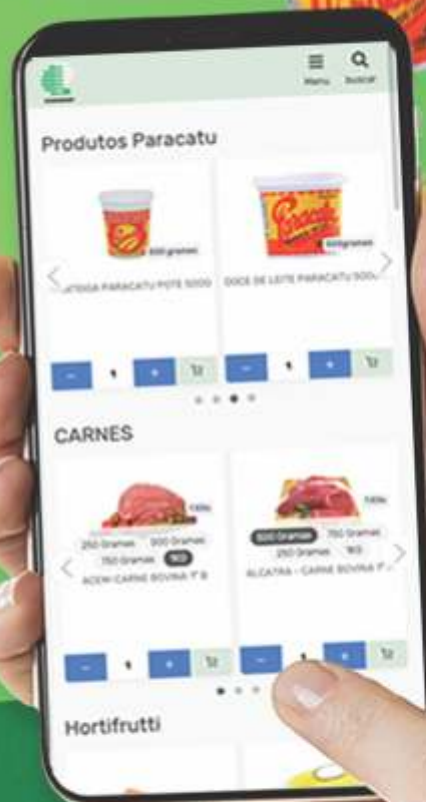
(o original encontra-se assinado em poder da Cooperativa)

#CoopervapEmCasa

COOPERVAP #EmCasa

PEÇA QUANDO
E ONDE QUISER!*

*CONSULTE REGRAS NO SITE



MANDE SUA LISTA PARA:

 **(38) 9.9840-7120**

OU ACESSE:

COOPERVAPEMCASA.COM.BR



COOPERVAP
COOPERATIVA AGRÍCOLA
DO VALE DO PARACATU LTDA.